

# GESTOS INTERPRETATIVOS NA CONFIGURAÇÃO METODOLÓGICA DE UMA FD

Ercília Ana Cazarin

**RÉSUMÉ:** *Dans cet texte, nous examinons trois notions spécifiques de l'analyse du discours - interdiscours, mémoire discursive et formation discursive. À partir de Pêcheux et d'autres auteurs, nous cherchons à comprendre la formation discursive dans sa relation avec l'interdiscours et l'enchevêtrement entre interdiscours et mémoire discursive. Notions controversées qui peuvent nous conduire à des interprétations différentes au sein de la théorie elle-même. Toutefois, nous comprenons que la complexité de ces notions et les différentes façons de les interpréter peuvent contribuer à l'approfondissement du champ conceptuel de l'AD, théorie capable de supporter sa propre hétérogénéité. À la suite, nous réfléchissons à propos des facteurs qui interfèrent au geste d'interprétation de l'analyste, au moment qu'il entreprend la configuration d'une FD dans le domaine de l'interdiscours.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *interdiscurso, memória discursiva, formação discursiva, configuração de uma formação discursiva.*

Este texto ocupa-se com três noções próprias da análise do discurso (AD), mas polêmicas a ponto de nos levarem a entendimentos diferenciados. A partir de Pêcheux e de outros autores, procuramos compreender a formação discursiva (FD) na sua relação com o interdiscurso. Em um primeiro momento, buscamos entender as implicações entre interdiscurso e memória discursiva, com o objetivo de, na sequência do texto, refletir sobre que fatores interferem no gesto interpretativo do analista, quando da configuração de uma FD no âmbito do interdiscurso.

No terceiro SEAD (2007), defendemos a ideia de que interdiscurso é uma noção que não admite plural nem adjetivação, e que o mesmo é concebido como uma multiplicidade heterogênea, irrepresentável e não-interpretável como um todo, daí a sua determinação – o interdiscurso (CELADA, M. T. e CAZARIN, E. A. In CD III SEAD). Esse entendimento encontra eco em Semântica e Discurso, quando Pêcheux (1988, p.162-163) propõe “chamar interdiscurso a esse ‘*todo complexo com dominante*’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas, que toda a FD dissimula, na ilusão da transparência do sentido que nela se forma” (grifo nosso). O que afirmamos nos aproxima também de Maldidier (2003, p.51) quando ela escreve: “*o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as*

formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição” (idem).

Entretanto, essa posição, por nós defendida, não é consensual. O próprio Pêcheux, em *Semântica e Discurso* (1988, p.164), parece possibilitar outra interpretação quando escreve: “retomaremos aqui a distinção dominação/determinação para colocar que a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva dominante, e que as formações discursivas que constituem o que chamamos de *seu interdiscurso* determinam a dominação da formação discursiva dominante” (grifo nosso). Nossa inquietação consiste em como ler “de seu interdiscurso”? Ou seja, que sentido produzir para esse “seu interdiscurso”?

Nessa mesma direção, Courtine (1981, p.35) escreve que “*a caracterização do interdiscurso de uma FD* (grifo nosso) é o ponto crucial da perspectiva desenvolvida por Pêcheux” e registra: “é a partir do interdiscurso que poderão ser analisadas as modalidades do assujeitamento. Com efeito, o interdiscurso é o lugar no qual se constituem (...) os objetos (enunciados) que o sujeito enunciador se apropria para fazê-los objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelas quais o sujeito enunciador vai dar uma coerência a seu propósito...”. A dúvida que levantamos sobre o posicionamento desse autor refere-se ao fragmento por nós grifado, pois no nosso entendimento, uma FD não tem, para si, um interdiscurso. Este é da ordem do já-dito e pode determinar a configuração de diferentes FDs.

No entanto, talvez seja a partir desses posicionamentos que alguns analistas, quando da análise de determinados discursos e/ou enunciados, escrevem que recortam e atualizam um interdiscurso, e que para outro enunciado, o sujeito recorta um outro interdiscurso. Dentre eles, citamos Romão et. al. (2006) que, no texto *Heróis da mídia na voz das crianças: efeitos de sentido sobre/da infância*, escrevem:

Chama a atenção o modo pelo qual o discurso sobre as princesas – Bela Adormecida, Cinderela, Branca de Neve, Pequena Sereia e Rapunzel – recorta e atualiza um interdiscurso, cuja inscrição faz falar uma memória discursiva em que se reflete a imagem de uma moça pura, bonita, ingênua, que sofre alguma dor, perda ou punição nas mãos de um(a) outro(a) e que é salva por um príncipe, constituindo uma matriz de representação da mulher que espera (op. cit. p. 30).

E, na sequência desse mesmo texto, registram:

A outra resposta para “como é ser mulher” aparece no deslocamento da “princesa”, da “pr(inc)esa”, da “presa”, da que ocupa um lugar de espera, de ser salva, e desliza para um outro conceito de mulher, que se posiciona como uma guerreira, (...) que pode ocupar uma nova posição social que é poder ‘brincar de bonecas’, ‘de casinha’, e futuramente cuidar da casa, dos filhos etc. O sujeito recorta um outro interdiscurso, pois seu enfoque visa o domínio da tecnologia moderna... (op. cit. p. 30).

Diante dessa posição, na perspectiva de um consenso, chegamos a nos perguntar se não seria o caso de reportarmos-nos a uma outra região do interdiscurso? Mas, nem isso responderia a nossa questão, pois pensarmos em recortar uma determinada região do interdiscurso, poderia nos encaminhar para a ideia de que os enunciados, no âmbito do interdiscurso, estivessem organizados por regiões de saber, indo de encontro, portanto, à ideia da dispersão que lhes é própria. Duas questões se colocam então: 1. Poderíamos nós continuar afirmando que o interdiscurso não admite plural? 2. Se nós, analistas, ao configurarmos uma determinada FD, fazemos isso a partir da dispersão dos enunciados presentes no interdiscurso, como operar com essa noção na realização desse processo?

Entendimentos diferenciados também ocorrem sobre interdiscurso e memória discursiva, entrelaçados a ponto de instaurarem dificuldades quando de sua teorização. É

consenso em AD que, ao falarmos de memória, não é da memória cognitiva ou psicológica que estamos tratando; também não é da memória de arquivo (memória documental/institucional) como bem nos lembra Orlandi (2006, p.22).

Quando do III SEAD (2007), entendíamos memória como uma noção que transita por diversos domínios teóricos e que, em AD, ao entrar em relação com as metonímias que ela suscita, tais como esquecimento, falta, buraco, equívoco..., é um termo que adquire densidade pelo fato de se relacionar com o interdiscurso e com todo o campo conceitual da teoria. Nesse processo de relacionamento, a noção de memória é submetida tanto a negações, para demarcar o que ela não é, como a qualificações, para dizer o que ela é e tudo o que pode representar e produzir no campo da reflexão. Pensemos em memória na língua e/ou da língua; memória discursiva; memória histórica; memória social; memória constitutiva; memória institucional/de arquivo - só para citar algumas (CELADA, M. T. e CAZARIN, E. A.). Talvez seja essa multiplicidade de adjetivações que, não raro, leva alguns autores a apresentarem a noção de memória discursiva como tendo uma relação simétrica com a de interdiscurso e é isso que nos interessa discutir - a memória discursiva na sua relação com o interdiscurso. Ou seja, se entendemos a memória discursiva como lacunar e seletiva porque, na sua mobilização, joga ou atua a posição-sujeito (daí podermos falar em “efeito de memória”), e mais: se entendemos o interdiscurso como um espaço saturado de sentidos, pois nele tudo que está lá já produziu sentidos em espaços e tempos diversos, perguntamo-nos: seria possível colocar o interdiscurso numa relação de igualdade com a memória discursiva?

Courtine (1981, p.53) salienta que a “noção de memória discursiva concerne à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas determinadas pelos aparelhos ideológicos (...) e que os ‘enunciados’ em cuja formação se constitui o saber próprio de uma FD existem no tempo longo de uma memória, ao passo que um evento discursivo inscreve-se no tempo curto da atualidade de uma enunciação”. Ele encontra em Foucault (1972) a sustentação para a noção de “memória discursiva”. Ao tratar da configuração de um campo enunciativo, Foucault (op. cit.) distingue, entre si, um campo de presença, um campo de concomitância e um domínio de memória dos enunciados. Segundo ele,

a configuração de um campo enunciativo comporta também formas de coexistência. Estas delineiam inicialmente um campo de presença (...) todos os enunciados já formulados alhures e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário; (...) também os que são criticados, discutidos e julgados, e os que são rejeitados ou excluídos; (...) distinto desse campo de presença, podemos descrever um campo de concomitância (trata-se então dos enunciados que concernem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados seja porque servem de confirmação analógica, seja porque servem de princípio geral e de premissas aceitas para um raciocínio (...). Finalmente, o campo enunciativo comporta o que se poderia chamar domínio de memória (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, em consequência, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica) (op. cit. p.72-73).

Poderíamos nós, a partir do que escreve Foucault, ao reportar-se ao domínio de memória, entender que o mesmo estaria em uma relação de equivalência com o interdiscurso? Parece-nos que não, pois os laços de filiação etc. resultam de uma tomada de posição do sujeito enunciativo, já que uma posição-sujeito não aciona o todo do interdiscurso, e sim aquilo que ela consegue recuperar em termos de memória discursiva. E, embora isso não ocorra no nível do consciente, mesmo assim, estaríamos também

operando com uma memória lacunar - "memória discursiva", distinta da memorização psicológica e entendida no sentido de que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas (COURTINE, 1981, p. 49-53).

Em relação a essa noção, Pêcheux (1999, p.52), em *Papel da Memória*, do mesmo modo que Courtine, ressalta que a memória que interessa para a AD não é a "memória individual", mas aquela que entrecruza os sentidos da memória mística, da memória social, inscrita em práticas e da memória construída do historiador. A memória discursiva seria aquilo que, "face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos etc. de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível". No ponto de vista desse autor,

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização (...). Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (...) o outro interno em toda a memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior,... (op. cit., p.56).

Diante disso, a partir do que escreve Pêcheux, poderíamos entender que o enunciado "o outro interno em toda a memória é, a nosso ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior" possibilitar-nos-ia a compreensão de que não há equivalência entre interdiscurso e memória discursiva? O "outro interno em toda a memória" poderia ser tomado como sendo o interdiscurso? Nossa hipótese é que, ao mesmo tempo em que o interdiscurso é mais abrangente porque comporta *todo o a dizer*, é ele que constitui a memória discursiva.

Por outro lado, Orlandi (2006, p.18), em *Discurso e Textualidade*, escreve que: "o interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo o dizer já-dito. E acrescenta: "ele é o saber, a memória discursiva. Aquilo que preside todo dizer...". Aqui já nos parece que interdiscurso e memória discursiva estariam sendo apresentados como equivalentes. Como, então, a partir do que escrevem esses autores, considerar a memória discursiva na sua relação com o interdiscurso? Teriam ou não, entre si, uma relação de equivalência/de simetria? Teríamos outra(s) maneira(s) de pensar essa relação?

Talvez seja o caso de compreendermos que o interdiscurso fornece elementos para a reconstituição/restabelecimento da memória discursiva, que é da ordem do interdiscurso, mas que, para produzir sentidos, precisa ser mobilizada pela posição-sujeito. Mobilização essa que funcionaria, então, tanto como gesto de interpretação, quanto como categoria de análise, nos moldes do trabalho de Courtine (1981). Isso nos levaria a aceitar, como já sinalizamos, que a memória discursiva é lacunar (pois aí interfere a posição-sujeito que a mobiliza), ao passo que o interdiscurso é saturado de sentidos – tudo está lá. Se nosso entendimento se sustenta, a noção de interdiscurso, então, não poderia ser colocada numa relação de equivalência com a de memória discursiva.

Outra questão que nos inquieta relaciona-se à configuração dos saberes próprios de uma FD. A partir do entendimento que temos sobre interdiscurso e memória discursiva, o interesse é compreender, para além da determinação ideológica, o que mais sustentaria os diferentes gestos interpretativos, na maneira de operarmos com o que estamos denominando de configuração metodológica de uma formação discursiva (FD) na sua relação com o interdiscurso. A noção de formação discursiva, não bastasse ser

uma das mais polêmicas no campo conceitual da AD, é uma das mais criticadas por teóricos ligados a outros campos de estudos da linguagem. Enunciados do tipo “Ah, vocês ainda estão trabalhando com a noção de formação discursiva?” são seguidamente a nós dirigidos. No nosso ponto de vista, questionamentos como esse “esquecem” que, há vários anos, as pesquisas realizadas no Brasil operam com a noção de FD perpassada pela heterogeneidade discursiva. É essa concepção que tentaremos explicitar a seguir.

Foucault (1972, p. 84-85) escreve que uma formação discursiva será individualizada se pudermos “definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se pode mostrar como derivam todas de um mesmo jogo de relações” - uma FD é o que permite delimitar o grupo de conceitos, apesar de díspares, que lhe são específicos; é a maneira pela qual esses diferentes elementos relacionam-se uns aos outros<sup>1</sup>. Mas ele mesmo se pergunta: “como os enunciados podem estar ligados uns aos outros?” Na verdade, no nosso entender, ao responder sua própria indagação, o autor aponta para o modo de funcionamento de uma FD. Isso pode ser observado através da leitura da seguinte passagem:

...tentamos determinar segundo que esquemas os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso; tenta-se demarcar, assim, como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, constituir entre si organizações parciais. (...) Dispersão que caracteriza um tipo de discurso e que define, entre os conceitos, formas de dedução, de derivação, de coerência, mas também de incompatibilidade, de entrecruzamento, de substituição, de exclusão, de alteração recíproca, de deslocamento, etc. (op. cit. p.75).

Diante do que escreve esse autor, entendemos que a caracterização de uma FD ocorre, então, através da dispersão de fato e é, para os enunciados, não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência; uma FD apresenta-se “não como uma totalidade, e sim como uma repartição de lacunas, de vazios, de ausências, de limites e de recortes” (COURTINE, 1981, p.49). Em síntese, o que pertence propriamente a uma FD e o que permite delimitar o grupo de enunciados, apesar de díspares, que lhe são específicos é a maneira pela qual esses diferentes elementos são relacionados uns aos outros.

No campo conceitual da AD, ancorado em Foucault, Courtine (1981, p. 41-50) enfatiza que a inscrição de um enunciado num conjunto de formulações funciona como “um nó de uma rede” e deve ser caracterizada a partir de uma pluralidade de pontos, constituindo, em torno de uma seqüência discursiva de referência, uma rede de formulações extraídas de seqüências discursivas nas quais as condições de produção serão, ao mesmo tempo, homogêneas e heterogêneas em relação à seqüência discursiva de referência.

Maldidier (2003, p.52), por sua vez, salienta que, embora Pêcheux tenha, em *Semântica e Discurso*, retomado a definição inicial de FD, a mesma corria o risco de derivar para tentações taxionômicas: taxionomias retóricas e/ou taxionomias ideológicas. Mas essa autora também ressalta que Pêcheux se deu conta disso e, nesse sentido, estabeleceu “a reflexão sobre a interpelação, de um lado, a elaboração do conceito de interdiscurso, de outro”, no sentido do reexame do conceito de FD. Essa autora sublinha que

---

<sup>1</sup> Não entraremos, neste texto, na discussão sobre a paternidade da noção de FD como o faz Baronas (2005) – esse autor propõe que a paternidade da FD é, no mínimo, partilhada entre Foucault e Pêcheux. Pelo menos até o presente momento, nosso entendimento é o de que este último ressignifica o proposto por Foucault, acrescentando-lhe os elementos relacionados à ideologia.

A noção de interpelação esclarece a tese segundo a qual o sentido se constitui na formação discursiva; o conceito de “interdiscurso”, colocando o acento na “lei de desigualdade-contradição-subordinação” distancia a deriva taxionômica. Michel Pêcheux prefere então falar de “intrincação” das formações discursivas nas formações ideológicas. Em ligação com a questão da contradição, este ponto será, em tempo então próximo do retorno reflexivo, um elemento essencial: fará surgir o tema promissor da heterogeneidade ( op. cit. p.52-53).

Em relação ao processo de configuração de uma FD, Pêcheux, em vários textos possibilita-nos a compreensão de que é o interdiscurso que delimita o conjunto do dizível e que uma FD existe historicamente no interior de determinadas relações de classe e deriva de condições de produção específicas; uma FD, segundo ele, identifica um domínio de saber e dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao interdiscurso das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988, p.161-62). Em texto distinto (1990a, p. 314), chama a atenção para o fato de que é impossível caracterizar uma FD como um espaço fechado, pois sua constituição é invadida por elementos que vêm de outro lugar, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos. Lemos, nessa passagem, a concepção das “fronteiras” movediças da FD – sempre entendendo “fronteira” como o lugar de entrelaçamento/entrecruzamento de discursos, e não como um limite divisório estático.

Nesse sentido, quando pensamos na interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, afirmando que ela se efetiva pela identificação (do sujeito) com a FD que o domina (PÊCHEUX, 1988, p.163), estamos levando em conta uma FD fortemente heterogênea. Essa identificação (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso constituem, no discurso do sujeito, ‘os traços daquilo que o determina’.

Não obstante isso, na sequência do texto recém citado, Malidier escreve que, embora Pêcheux tenha afirmado que as fronteiras da FD se deslocam em função do jogo ideológico, interditando assim qualquer interpretação fixista do conceito, “estava próximo o tempo em que a formação discursiva, já suspeita, iria ser posta em questão” (op. cit. p.76). Escreve ainda que, no texto “Leitura e Memória”, a noção de FD não mais se faz presente (op. cit. p.94).

Talvez seja nessa direção que Branca-Rosoff (2008, p.141) propõe que “mesmo os enunciados que poderiam ser descritos a partir da noção de formação discursiva (tal como vislumbrava Pêcheux) também devem ser enfocados a partir das noções de interação e de gênero”. Registramos que foi nessa autora<sup>2</sup> que Baronas (2005) se ancorou para propor a reinterpretação da noção de FD. Segundo ele:

acredito que seja possível pensar numa articulação entre formação discursiva e o conceito de gênero do discurso, visto que esta articulação possibilita mostrar que uma formação discursiva possui uma autonomia dependente tanto das instituições a partir das quais é produzida, quanto do gênero, isto é, aquilo que pode e deve ser dito, sofre uma espécie de regulação, de *contrainte* tanto do gênero discursivo quanto do posicionamento institucional dos sujeitos (p.737).

Levando em conta o que escreve Malidier (op. cit.), mas afastando-nos tanto do escrito por Branca-Rosoff (2008) como do proposto por Baronas (2005), acreditamos que o fato de a “formação discursiva” ter sido posta em questão e até mesmo de, em alguns textos, ter sido silenciada, não necessariamente significa seu abandono. Entendemos que significa sim a sua reinterpretação, na medida em que a mesma passa a ser concebida como sendo fortemente heterogênea – o próprio Pêcheux (1990b), em “Estrutura ou Acontecimento” (p. 56), ressalta que “não se trata de pretender aqui que todo o discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-

2

O texto “Formation Discursive: une notion trop ambiguë?” de Sonia Branca-Rosoff, citado por Baronas, é o mesmo que, em 2008, foi publicado no Brasil, sob o título “Formação discursiva: uma noção excessivamente ambígua?”.

reestruturação dessas redes e desses trajetos...”. Daí a concepção de que “não há uma essência do sentido – ele é sempre uma relação que tem a ver com o conjunto de formações discursivas” (ORLANDI, 2006, p.18), isto é, com o interdiscurso que, por sua vez, determina a FD, e esta configura-se como um gesto de interpretação do analista.

No Brasil, na perspectiva teórica que estamos trabalhando, é consenso o fato de que uma FD não é da ordem da completude e, muito menos, algo delimitado *a priori* – uma FD constrói-se e configura-se como interpretação, funcionando, portanto, como um princípio de organização metodológica, resultado do olhar do analista. Orlandi (1999, p. 42-45) apresenta a noção de FD como sendo uma regionalização do interdiscurso, afirmando que

embora essa seja uma noção polêmica, é básica na AD, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos relacionado à ideologia e também possibilita o estabelecimento de regularidades no funcionamento do discurso; funciona como um princípio de organização para o analista e é parte da constituição dos discursos e dos sujeitos.

No entanto, perguntamo-nos: seria apenas a ideologia que determinaria esse gesto, esse “olhar” do analista? Embora não aceitando a ideia de que “a autonomia de uma FD dependa tanto das instituições quanto do gênero discursivo” e nem que a noção de FD deva ser “redimensionada a partir do dialogismo de Bakhtin” (BARONAS, op. cit.), questionamo-nos: haveria algo da ordem do próprio discurso interferindo na configuração de uma FD? O que determinaria a *lei de coexistência* dos enunciados a que se refere Courtine (1981)? Existiria aí um ponto de encontro do discurso com os acontecimentos históricos, isto é, com a história na história?

Seguidamente deparamo-nos com a dificuldade de delimitar o discurso de posições-sujeito que ficam à borda de FDs, como também com o questionamento (a divergência) sobre a maneira de dirigir determinado “olhar”. Exemplificamos: “afinal, por que você delimitou a FD dessa maneira etc.?” A questão que nos inquieta é: como afirmar que determinados saberes pertencem ou não a uma ou a outra FD? Entendemos que, aliado a esse gesto interpretativo do analista, poderia haver algo do próprio discurso sustentando esse “olhar”. Talvez seja aí que a memória discursiva sustente um e não outro recorte. O que estamos querendo dizer é que a configuração é de responsabilidade do analista, mas que este precisa levar em conta a historicidade do discurso que está sendo analisado; portanto, no nosso ponto de vista, não é o gênero discursivo que irá definir essa questão. No fundo, o “olhar” é do analista, mas este não pode ser qualquer um – é preciso que o discurso, revestido de historicidade, ou seja, na sua relação com a história (relação história e língua no discurso), sustente teoricamente esse “olhar”.

Nessa perspectiva, em texto anterior (CAZARIN, 2005), trabalhamos com o processo de configuração discursiva da *FD dos trabalhadores brasileiros*. Com o objetivo de melhor explicitar o até aqui posto, explicamos como metodologicamente operamos com estas noções - interdiscurso, memória discursiva, formação discursiva e, por conseguinte, posição-sujeito.

Naquela ocasião, para tratar da análise do funcionamento do discurso de Lula (DL), levando em conta a historicidade do mesmo, tomamos como seu efeito fundador o ano de 1978, marcado pelo acontecimento histórico da “eclosão das greves do ABC paulista”. Ao mesmo tempo, apresentamos o referido discurso inscrito em uma posição-sujeito no interior dessa FD. O processo de configuração metodológica da *FD dos trabalhadores brasileiros* nos permitiu, a partir do interdiscurso, compreender como, mobilizando a categoria de análise da memória discursiva, foi possível agrupar

enunciados representativos dos saberes e das demandas desses trabalhadores e também justificar a nomeação que estávamos dando à referida FD.

O interesse era realizar a configuração da referida FD para, a partir disso, acompanhar, ao longo do tempo, sua reconfiguração, não apenas em relação à movimentação de suas fronteiras entre diferentes FDs, mas também e, especialmente, em relação às diferentes posições-sujeito que nela estavam inscritas e que se relacionavam, de maneiras distintas, com a forma-sujeito que regula seus saberes. Para tanto, foi relevante a relação de fatos históricos com a discursividade para estabelecer o acontecimento histórico e discursivo a partir do qual foi possível falar em efeito fundador da referida FD.

Conforme Buarque de Holanda (1977), importa entender que, no Brasil, até o século XIX, predominou uma economia agrícola ligada à aristocracia rural, com mão-de-obra predominantemente escrava. A vinda da família Real e a abertura dos portos brasileiros, em 1808, fizeram com que o comércio começasse a se desenvolver, dando início a uma incipiente indústria e gerando a necessidade de trabalhadores livres. Como o operariado urbano era praticamente inexistente, e tendo em vista que a mão-de-obra escrava não era especializada, o governo brasileiro promoveu uma imigração organizada, tanto para operários agrícolas como para operários urbanos.

O escrito por esse autor levou-nos à compreensão de que a classe operária brasileira “nasce” marcada por fortes desigualdades sociais e também por uma forte diversidade étnico-cultural. Salienta ele que, ainda sob o regime monárquico, os fazendeiros das áreas mais prósperas, ao entenderem que o lucro não era apenas uma questão de barganha no mercado, mas também de custos, e que esses podiam ser controlados e reduzidos pela organização mais ou menos racional da fazenda/empresa, deram-se conta de que, para eles, já não era mais “negócio” comprar e/ou manter escravos. Era preferível operar com o trabalhador livre, colono ou assalariado, cuja remuneração era função do produto da força de trabalho. O trabalho livre era mais vantajoso, por isso, passaram a empenhar-se na promoção da imigração (In: História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico – Tomo II, p.319). Como consequência disso, é possível compreender que os trabalhadores brasileiros começam a se constituir como classe no final do século XIX a qual se consolida nas primeiras décadas do século XX, a partir da substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra operária; surge associada à libertação dos escravos que constituíam já uma parte da mão-de-obra dos estabelecimentos comerciais e das manufaturas, mas, aos escravos, somaram-se os trabalhadores livres e os imigrantes europeus, na sua maioria italianos, espanhóis e portugueses, além de contingentes menores de alemães, suíços e de outras nacionalidades. Embora a imigração tenha sido fortemente incrementada somente a partir de 1885-86, desde 1819, começou a chegar ao Brasil grande número de imigrantes. Os que não se adaptavam às condições de trabalho existentes no meio rural, migravam para as cidades, aumentando a mão-de-obra urbana – “os colonos, assim que podiam, abandonavam as fazendas e fixavam-se nos núcleos urbanos, dedicando-se ao comércio, à pequena indústria e ao artesanato” (In História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico – Tomo II, p. 160).

Sobre a importância dos imigrantes na formação da classe operária brasileira, escreve Pinheiro (1977, p.138): “...terá especial significado, no que se poderia considerar como classe operária, a presença da mão-de-obra estrangeira composta pelos imigrantes europeus”. Essa importância também é ressaltada por Fausto (1976, p.32) quando afirma

que “a imigração teve grande importância no surgimento de ideologias contrárias ao sistema vigente no país e na adoção de modelos organizatórios pela classe operária”.

De qualquer forma, até a abolição da escravatura, praticamente coexistiram o trabalho livre e o escravo e a constituição da classe operária brasileira, desde o início, deparou-se com condições de trabalho e de salário extremamente precárias. Disso se depreende que, desde “sempre”, a FD própria dos saberes e das demandas dos trabalhadores brasileiros é marcada pela não homogeneidade – escravos libertos, trabalhadores livres e trabalhadores estrangeiros, com certeza, mantêm relações distintas com a forma-sujeito (sujeito histórico) desta FD, constituindo-se como posições de sujeito distintas entre si.

Procurando justificar o que estamos denominando como sendo uma FD representativa dos saberes e das demandas dos trabalhadores brasileiros, acreditamos ser possível sustentar que, ainda que não institucionalmente organizados, esses três segmentos sociais (sob a ótica da AD, três diferentes posições-sujeito) constituem o “cerne” da *FD dos trabalhadores brasileiros*. Uma FD determinada pelo interdiscurso e que se constitui por saberes que vêm se abrigar em uma mesma “região de saber”, fazendo “ecoar” discursos *já ditos*, isto é, retomando enunciados já formulados em outro(s) lugar(es) e em outra(s) conjuntura(s) histórico-social(is).

Nesse sentido, ao tentar compreender quais enunciados vinculavam-se a essa formação discursiva, encontramos, na maneira de conceber *o trabalho* e nas relações de força que se estabelecem entre a classe trabalhadora e a classe patronal e governamental, o “divisor de águas” com outra FD politicamente antagônica aos interesses da classe trabalhadora - uma FD que, no espaço-tempo analisado, congregou a aliança das classes patronais (detentoras dos bens de produção) com os aparelhos estatais. Para os trabalhadores, *o trabalho* apresentava-se como uma forma de vida e de sobrevivência, enquanto que, para a FD politicamente antagônica, significava uma das maneiras de obtenção de lucro – a maneira de encarar essas relações de força é que, metodologicamente, nos permitiu “agrupar” enunciados dispersos próprios de cada uma dessas FDs.

Assim, denominamos de *FD dos trabalhadores brasileiros* aquela que agrega os saberes e as demandas de todos os segmentos de trabalhadores. No entanto, não se leia, com isso, a possibilidade dessa FD funcionar como espaço homogêneo, pois, segundo Courtine (1982, p. 244-49), “uma FD deve ser considerada como uma unidade divisível, uma heterogeneidade em relação a si mesma. Suas fronteiras são fundamentalmente instáveis e, por isto, a mesma não consiste em um limite traçado uma vez por todas, separando um interior de um exterior do saber”.

Tentando responder uma das indagações anteriormente feitas - o que faz com que nós, analistas, na dispersão dos enunciados, os agrupemos em uma rede de muitos furos, de muitas amarras”, e não em outra? – salientamos que, no caso em pauta, nosso gesto analítico na configuração da *FD dos trabalhadores brasileiros*, só foi possível porque, considerando a historicidade que lhe é própria, levamos em conta o interdiscurso, acionamos a memória discursiva enquanto categoria de análise, mas também porque consideramos as diferentes posições-sujeito que, no caso, caracterizam tanto a heterogeneidade discursiva externa quanto interna da referida FD. Isso não significa que outro analista não possa configurá-la de forma diversa, mas precisará, de qualquer maneira, sustentar teoricamente seu “olhar”. A complexidade destas noções – interdiscurso, memória discursiva, formação discursiva – e as diferentes maneiras de

interpretá-las, no nosso ponto de vista, acaba sempre sendo produtiva para o aprofundamento do campo conceitual da análise do discurso, teoria capaz de suportar a sua própria heterogeneidade.

#### BIBLIOGRAFIA

- BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva: vale a pena lutar por ela. *Anais do XXXIV GEL* – 2005, p. 732-737  
(<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005>).
- BRANCA-ROSOFF, Sonia. Formação discursiva: uma noção excessivamente ambígua? In: *Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso*. Roberto Leiser Baronas, Fabiana Komesu (orgs.). Trad. Roberto Leiser Baronas...[et al.]. Campinas, SP, Mercado de Letras, 2008.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. Tomo II. 3. ed. L. 2. *Reações e transformações*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.
- CAZARIN, Ercília Ana. *Identificação e representação política; uma análise do discurso de Lula*. Ijuí, RS: Ed. UNIJUI, 2005.
- CELADA, Maria Teresa e CAZARIN, Ercília Ana. Interdiscurso, pré-construído, discurso transversal e memória. In: CD (ISBN – 978.85.7025.671.3) *III Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages* (62), juin, 1981.
- \_\_\_\_\_. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, 9 (2), oct., 1982.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis, Vozes, 1972.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do Discurso; (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Intr. Eni P. Orlandi. Campinas, Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso; princípios e procedimentos*. Campinas, SP, Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Análise de Discurso. In: Suzy Lagazzi-Rodrigues & Eni P. Orlandi (orgs). *Discurso e textualidade*. Campinas, SP, Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso* (1975). Trad. Eni Puccinelli Orlandi...[et.al.].Campinas, SP, Ed. da UNICAMP, 1988.
- \_\_\_\_\_. A análise do Discurso: três épocas. Trad. Jonas de A. Romualdo. In: GADET, F. & HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, SP, Ed. da UNICAMP, 1990<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP, Pontes, 1990b.
- \_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: Pierre Achard et. al. *Papel da Memória*. Trad. Intr. José Horta Nunes. Campinas, SP, Pontes, 1999.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: *História*

*Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed. São Paulo / Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.  
ROMÃO, Lucília M. S.; PATTI, Ane R.; PATTI, Elci Antonia de M. R. Heróis da mídia na voz das crianças: efeitos de sentido sobre/da infância. In: *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, vol. 6., n. 1, 2006.